

PALAVRAS PARA LÁ DA PANDEMIA: CEM LADOS DE UMA CRISE

Coord.: José Reis
Um trabalho coletivo do CES

PALAVRAS PARA LÁ DA PANDEMIA: CEM LADOS DE UMA CRISE

Coord.: José Reis
Um trabalho coletivo do CES



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Universidade de
Coimbra - Alta e Sã
inscrita na Lista do Património
Mundial em 2013



PROGRAMA OPERACIONAL COMERCIO E INOVAÇÃO



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional



Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

PALAVRAS PARA LÁ DA PANDEMIA: CEM LADOS DE UMA CRISE

Coordenador

José Reis

Editor

Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

Revisão Científica

Ana Cordeiro Santos, António Sousa Ribeiro, Carlos Fortuna, João Rodrigues, José Castro Caldas, José Reis, Pedro Hespanha, Vítor Neves

Revisão Linguística

Ana Sofia Veloso, Alina Timóteo

Design e Paginação

André Queda

Julho, 2020

Este trabalho é financiado por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto UIDB/50012/2020.

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade dos/das seus/suas autores/autoras.

ISBN

978-989-8847-25-6

DEPENDÊNCIA FINANCEIRA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Ana Cordeiro Santos

Portugal enfrenta uma asfíxiante dependência dos mercados financeiros privados. Esta situação decorre do projeto de integração europeia, com uma união económica e monetária disfuncional, que destituiu o país de instrumentos de política macroeconómica e impôs, com a anuência das elites nacionais, fortes restrições orçamentais. À impossibilidade de o tesouro recorrer ao seu prestamista de último recurso, o banco central, juntaram-se outras limitações na condução das políticas públicas à medida que se privatizavam setores estratégicos e se desonerava o capital, abdicando-se de receitas para o investimento público e as políticas sociais. A crise financeira global, a sua transmutação em crise da dívida soberana, e o programa de ajustamento que se lhe seguiu, tornaram evidente a relação estreita entre dependência financeira e a vulnerabilização do país. Quando este deixou de obter financiamento nos mercados e viu-se forçado a solicitá-lo à Troika – composta pela Comissão Europeia, pelo Banco Central Europeu e pelo Fundo Monetário Internacional –, a dependência financeira acentuou-se, traduzindo-se numa acrescida abdicação de soberania em novos domínios das políticas públicas, como as relações laborais, a saúde ou a habitação. A economia ficou mais vulnerável, assente em setores rentistas e extrativistas, como o imobiliário ou o turismo, e aumentaram as desigualdades no acesso a bens essenciais.

Se o Estado português se colocou numa situação de dependência dos mercados financeiros para governar o país, a recuperação da soberania implica retomar o controlo da política macroeconómica. Para tal será necessário restituir as políticas cambial, monetária e orçamental à escala nacional. Só assim se conseguirá inverter as debilidades estruturais de uma economia que exige investimento público em setores estratégicos, rompendo com pretensas lógicas de concorrência que apenas favorecem os países do centro europeu. Só assim se conseguirá reestruturar a economia em torno de setores de elevado valor acrescentado, que sejam capazes de qualificar o trabalho, substituindo os setores rentistas ou extrativistas assentes em trabalho barato precário. Só assim se conseguirá recuperar os serviços públicos degradados pela austeridade e garantir o acesso universal a bens essenciais. A provisão dependente da intermediação financeira para uma minoria privilegiada – dos seguros de saúde, dos empréstimos para a compra de casa ou dos planos poupança-reforma privados – é incapaz de garantir o acesso universal a direitos sociais. Daqui não se conclui que o setor financeiro é intrinsecamente pernicioso. Mas ele tem de ser reorientado para a revitalização da economia e a criação de emprego, sendo que também são necessários bancos públicos especializados funcionalmente para a realização de missões claras. Finalmente, é ainda indispensável restituir controlos de capitais, desincentivando fugas, e acabar com arbitragens fiscais socialmente perversas.